

Policiais ignoram Justiça

» ANTONIO TEMÓTEO

A pesar da determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), publicada na última sexta-feira, os policiais civis mantiveram a greve e não registraram ocorrências ontem. No Entorno, os agentes também estão paralisados (**leia matéria ao lado**). O *Correio* esteve nas delegacias da Asa Sul, da Asa Norte e do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Em todas elas, os servidores confirmaram que continuavam de braços cruzados. Eles se recusaram a fazer os registros de crimes considerados de menor potencial ofensivo. Em reunião, o comando decidiu se adequar à sentença e prometeu que 70% do efetivo voltará ao trabalho a partir de hoje.

Em caráter liminar, o desembargador da 1ª Turma Cível Lécio Resende analisou um Agravo de Instrumento, no qual o Sindicato dos Policiais Civis do DF pedia a suspensão da decisão da 8ª Vara Cível de Brasília que determinou a volta imediata de todos os policiais civis ao trabalho. Resende considerou o movimento de greve legal e decidiu que mais da metade do efetivo voltasse ao trabalho. Em caso de descumprimento, uma multa diária de R\$ 50 mil será aplicada. O mérito será decidido pelo colegiado da 1ª Turma Cível.

O impasse entre a categoria e o Governo do Distrito Federal começou há 10 dias. Nesse período, quem procurou uma delegacia voltou para casa sem atendimento. Apenas ocorrências de crimes contra a vida são feitas nas unidades. O gerente de uma oficina de automóveis na 514 Sul, Thiago Ferrari Ferreira, foi até a 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul) e não conseguiu fazer o registro de um galho de árvore que caiu sobre um dos carros estacionados na empresa para reparo. “É um

transtorno enorme. Me disseram que a greve impedia que qualquer boletim fosse feito”, lamentou.

Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol), Ciro José de Freitas, os policiais civis pleiteiam uma reestruturação na carreira e cobram do Executivo a implementação do acordo firmado em abril. Ele explicou que ficou acertado um reajuste de 13% e, por isso, a última greve acabou suspensa. “Nós somos servidores do GDF e negociamos com o Executivo local. Queremos uma nova carreira e concurso público para reforçar o efetivo. Basta implementar o que foi negociado”, defendeu.

Sem aumento

O diretor-geral da Polícia Civil, Onofre José Moraes, disse ontem que não haverá reajuste para a categoria em 2011. Segundo o delegado, o aumento salarial depende de um aval do governo federal, que se mostrou contrário à reivindicação. “Precisamos de uma relação verdadeira. Não estou aqui para enganar ninguém. Os grevistas terão que cumprir o que a Justiça determinou e, caso isso não ocorra, aplicaremos todas as medidas administrativas existentes”, explicou.

Onofre também adiantou que um edital para a contratação de 56 peritos será publicado nas próximas semanas. Acrescentou que está no cronograma de 2012 a realização de concurso para agentes, delegados e escrivães. “Vamos trabalhar mais com o nosso efetivo atual e estimular esses policiais a trabalharem com melhores condições. Também teremos uma corregedoria forte para punir os desvios de conduta e uma instituição sólida para proteger os policiais que trabalham de acordo com a lei.”

Em reunião ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no DF se ofereceu para intermediar as negociações entre a categoria e o GDF.



O gerente Thiago Ferrari Ferreira não conseguiu registrar ocorrência na 1ª Delegacia de Polícia, na Asa Sul

Kléber Lima/CB/D.A Press



Valor da multa diária estipulada pela Justiça caso a categoria não cumpra a determinação de 70% voltar ao trabalho